



VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2015-03-20

DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 259/XII/4.ª**, apresentado pelo PPD/PSD, PS e CDS-PP, de Condenação pelo ataque terrorista ao Museu Nacional do Bardo na Tunísia;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Voto n.º 260/XII/4.ª**, apresentado pelo PPD/PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV, de Saudação à candidatura do processo de confeção da Louça Preta de Bisalhães à “Lista de Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente (UNESCO)”;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1281/XII/4.ª (PPD/PSD e CDS-PP)** – Recomenda o reforço das medidas de combate ao cancro da pele;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1304/XII/4.ª (PCP)** – Pelo reforço da intervenção dos cuidados de saúde primários no combate ao cancro de pele;

Aprovado por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1303/XII/4.ª (PEV)** – Recomenda ao Governo a reposição da taxa do IVA no sector da restauração nos 13%;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 817/XII/4.ª (PS)** - Reposição do IVA da Restauração na taxa de 13%;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1305/XII/4.ª (PCP)** – Repõe a taxa do IVA nos serviços de Alimentação e Bebidas em 13%;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 824XII/4.ª (BE)** - Repõe a taxa do IVA no setor da restauração a 13%;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

⇒ **Projeto de Lei n.º 825/XII/4.ª (PEV)** - No sentido de estabelecer o princípio da não privatização do setor da água, altera a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (que Aprova a Lei da Água), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março e pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

⇒ **Projeto de Lei n.º 819/XII/4.ª (PCP)** - Veda o acesso de empresas privadas às atividades económicas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 821/XII/4.ª (BE)** - Garante a gestão pública do abastecimento de água, do saneamento e dos resíduos sólidos;

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

⇒ **Projeto de Lei n.º 822/XII/4.ª (BE)** - Elimina as comissões por reembolso antecipado e de termo do contrato, instituindo ainda a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrate e de declaração de liquidação do empréstimo alteração ao Decreto-Lei n.º 51/2007, de 7 de março, e ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

⇒ **Projeto de Lei n.º 823/XII/4.ª (BE)** - Assegura a gratuidade da conta base;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 818/XII/4.ª (PCP)** - Determina a obrigatoriedade de as instituições de crédito disponibilizarem uma conta de depósito à ordem padronizada, designada de “conta base”, e proíbe a cobrança de comissões, despesas ou outros encargos pelos serviços prestados no âmbito dessa conta;

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Rejeitado

Abstenção –

⇒ **Projeto de Lei n.º 826/XII/4.ª (PPD/PSD e CDS-PP)** - Simplificação e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem (altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro);

Favor – PPD/PSD, PS, CDS-PP e PEV

Contra –

Aprovado

Abstenção – PCP e BE

Baixa à 5.ª Comissão

⇒ **Proposta de Lei n.º 290/XII/4.ª (GOV)** - Estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional;

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra – PCP, BE e 2 Deputados do PS

Aprovada

Abstenção – PS e PEV

Baixa à 11.ª Comissão



DELIBERAÇÃO

- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1315/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, “que estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 91/XII/3ª (PS)**];
- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1327/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, “que estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 91/XII/3ª (PS)**];
- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1316/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 92/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1328/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 92/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1357/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 92/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1317/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 99/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 93/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1329/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 99/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 93/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1355/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 99/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 93/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1318/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 100/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 94/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1330/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 100/2014, de 2 de julho,” que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 94/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1354/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 100/2014, de 2 de julho,” que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 94/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1319/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 101/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 95/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1331/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 101/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULTIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 95/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1359/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 101/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULTIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 95/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1320/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 102/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 96/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1332/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 102/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 96/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1358/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 102/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 96/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1321/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 103/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 97/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1333/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 103/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 97/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1356/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 103/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 97/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1322/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 104/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 98/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1334/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 104/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 98/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1361/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 104/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 98/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1323/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 105/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 99/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1335/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 105/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 99/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1351/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 105/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 99/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1324/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 100/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1336/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 100/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1360/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 100/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1325/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 107/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 101/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1337/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 107/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 101/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1353/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 107/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 101/XII/3ª (PS)**];
- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1326/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 102/XII/3ª (PS)**];
- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1338/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 102/XII/3ª (PS)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1352/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 102/XII/3ª (PS)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1348/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho, “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 105/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1360/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho, “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 105/XII/4ª (PCP)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1343/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 101/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULTIMA – Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 106/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1359/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 101/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULTIMA – Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 106/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1344/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 102/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 107/XII/4ª (PCP)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1358/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 102/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 107/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1340/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 108/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1357/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 108/XII/4ª (PCP)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1345/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 103/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho, e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 109/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1356/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 103/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho, e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 109/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1341/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 99/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 110/XII/4ª (PCP)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1355/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 99/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 110/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1342/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 100/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 111/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1354/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 100/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 111/XII/4ª (PCP)**];



DELIBERAÇÃO

- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1349/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 107/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 112/XII/4ª (PCP)**];
- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1353/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 107/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 112/XII/4ª (PCP)**];
- ⇒ **Projeto de Resolução n.º 1350/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 114/XII/4ª (PCP)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1352/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 114/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1347/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 105/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A “[relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 115/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1351/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 105/2014, de 2 de julho, “que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 115/XII/4ª (PCP)**];



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1346/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 104/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 116/XII/4ª (PCP)**];

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1361/XII/4.ª (PEV)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 104/2014, de 2 de julho “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 116/XII/4ª (PCP)**];

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitados

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1314/XII/4.ª (PS)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro “que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 131/XII/4ª (PS)**];

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1339/XII/4.ª (PCP)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro “que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 131/XII/4ª (PS)**];

Favor – PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção – PS

Rejeitado

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1362/XII/4.ª (BE)** – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro “que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração” [relativo à **Apreciação Parlamentar n.º 131/XII/4ª (PS)**];

Favor – PS, PCP, BE e PEV

Contra – PPD/PSD e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

VOTAÇÃO GLOBAL

⇒ **Proposta de Resolução n.º 105/XII/4.ª (GOV)** – Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro, assinado em Bruxelas, em 27 de junho de 2014;

Favor – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Contra – PCP e PEV

Abstenção – BE

Aprovada



VOTAÇÃO GLOBAL

⇒ **Proposta de Resolução n.º 107/XII/4.ª (GOV)** – Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro, assinado em Bruxelas, em 27 de junho de 2014;

Favor – PPD/PSD, PS e CDS-PP

Contra – PCP e PEV

Abstenção – BE

Aprovada

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo à **Proposta de Lei n.º 271/XII/4.ª (GOV)** - Procede à primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro n.ºs 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido;

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra –

Abstenção – PS, PCP, BE e PEV

Aprovado



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo à **Proposta de Lei n.º 272/XII/4.ª (GOV)** - Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009;

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS, PCP, BE e PEV

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo à **Proposta de Lei n.º 274/XII/4.ª (GOV)** - Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto;

Favor – PPD/PSD e CDS-PP

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS, PCP, BE e PEV